



Editais nº 1324384  
Disponibilização: 12/02/2025  
Publicação: 12/02/2025

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

### SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

#### Comitê Intersetoria de Política Municipal para a População em Situação de Rua

Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009000

Telefone: 11-2833-4150

**PROCESSO 6074.2024/0007299-7**

**Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/CPPSR/COMITEPOPRUA Nº 119548658**

São Paulo, 11 de fevereiro de 2025.

### ATA DA REUNIÃO Nº 53

#### Extraordinária Comitê PopRua

**Pautas:** 1) Dois anos da Vila Reencontro; 2) Casa Franciscana; 3) Fechamento do Hospital 9 de julho; 4) Reunião Plenária de Fevereiro.

**Participantes Governo:** Karen Fernanda (SMDHC), Alcyr Barbin (SMDHC), Cristiane Pinheiro (SMDET), Luciana Braga (SGM), Silvana Gomes (SMS)

**Participantes Sociedade Civil:** Adriana Ribeiro, Gisele Abreu, Hari Kraemer, Alexandre Claudio, Andre Aio

**Participantes Organizações Sociais:** Darcy Costa (Cisarte); Viviam Lima (Gaspar Garcia); Sheila (Gaspar Garcia);

**Demais participantes:** Daniela Santiago (SMDHC), Alderon (REDE RUA), Rosana Damas,

Às 14H57 do dia 24 de janeiro de 2025, de forma online via plataforma Teams, reuniram-se os presentes a fim de discutirem as pautas do dia.

Alcyr iniciou a reunião dando informes da mesa diretora realizada na semana passada, foi discutida a composição da mesa, que inclui a participação dos membros Beatriz e Hari, eleitos em outubro de 2024, embora seja possível que a eleição tenha ocorrido em setembro. Durante a reunião, foram abordados os desafios enfrentados nas reuniões e a preocupação com a solução de apenas fechar as reuniões, pois isso limita a participação da sociedade civil.

A mesa decidiu, então, adotar uma solução provisória, optando pela realização de uma reunião online extraordinária. Para melhorar a gestão das reuniões, foi implementado o formato de reuniões on-line, no qual os conselheiros atuam como apresentadores, podendo abrir seus microfones quando necessário. Caso haja participantes que se recusem a seguir as orientações da mesa, será possível desabilitar a abertura de seus microfones.

Foi acordado também que, para a reunião ordinária de fevereiro, haverá um esforço para manter a reunião presencial, mas com a implementação de medidas para minimizar possíveis interrupções.

Foi informado que procedimentos disciplinares estão sendo conduzidos de acordo com o manual de boas práticas, envolvendo os conselheiros Alan e Giselle, além dos cidadãos Alex e Maria Edilene. Uma notificação foi enviada por e-mail para os participantes, que agora estão dentro do prazo para apresentar suas defesas. Os próximos passos incluem a elaboração de um relatório pela coordenação, seguido de uma

reunião convocada para discutir os casos, que poderá ser ordinária ou extraordinária, sendo mais provável que seja extraordinária, considerando a necessidade de um informe detalhado.

Por fim, foi mencionado que links para recebimento de e-mails de convocação de reuniões e para o canal do WhatsApp, utilizado para a divulgação de links das reuniões, estão sendo compartilhados no chat, com o convite para que os participantes se inscrevam para receber as informações. Alcyr relata que esses foram os informes da reunião.

André Aio pede a fala e menciona que na última reunião extraordinária, ficou evidente que o comportamento de alguns participantes tem causado transtornos, especialmente o comportamento do conselheiro Darcy. Embora se tenha dado maior atenção às atitudes de Giselle, Alan, Alex e sua esposa, o conselheiro André destacou que o Darcy também tem sido um problema nas reuniões do conselho. Ele expressou surpresa e desapontamento com a maneira como Darcy conduziu a reunião, observando que o conselheiro fez declarações ofensivas, atacando outros membros da mesa, incluindo o conselho e Alcyr, além de questionar a eleição do conselho e, de forma geral, tentar criar um ambiente de desordem. O conselheiro André considerou que tal atitude não foi isolada, sugerindo que Darcy tem adotado esse comportamento em outras ocasiões.

Diante disso, André propôs que, como medida para evitar a repetição desses comportamentos, o conselheiro Darcy deveria ser submetido ao manual de boas práticas, com o intuito de garantir que ele não volte a adotar esse tipo de postura nas futuras reuniões.

Alcyr esclareceu que a mesa diretora está sempre aberta a receber representações contra conselheiros ou outros membros, e que, ao receber tais representações, o procedimento será iniciado conforme as normas estabelecidas. No entanto, enfatizou que é fundamental tomar cuidado com o processo, que deve ser baseado no não cumprimento das regras da reunião, e não em críticas pessoais ou políticas. Sugeriu assim ao conselheiro André Aio que, após a reunião, ele formalizasse a representação, caso deseje proceder com isso, podendo optar por fazê-lo individualmente ou em conjunto com outros membros. Uma vez recebida, a mesa dará início ao procedimento formal. Ainda destacou que o procedimento não é automático, sendo necessária uma representação formal para que o processo seja iniciado. A representação deve se referir ao descumprimento das regras da reunião, como o não cumprimento do regimento interno ou do manual de boas práticas, e não a críticas pessoais ou políticas. Ele enfatizou a importância de que o foco seja na conduta de desobediência às normas, e não em críticas a indivíduos ou instituições específicas.

Alcyr também mencionou que qualquer conselheiro ou participante que desrespeite as regras pode ser questionado, desde que haja uma representação formal que justifique a ação. Além disso, ele informou que a mesa recebeu as pautas para a reunião, sendo que muitas foram solicitadas pela sociedade civil, incluindo temas como; dois anos da Vila Reencontro, o fechamento do hospital 9 de julho, e, uma pauta proposta pela mesa sobre a metodologia das reuniões plenárias de fevereiro e das reuniões ordinárias de forma geral.

Ao iniciar a discussão sobre a ordem da pauta, Alcyr consultou os membros do conselho sobre a existência de propostas para a definição da ordem das discussões. Durante essa parte da reunião, ele também explicou a dinâmica de participação: os conselheiros estavam com microfones e câmeras habilitados, enquanto os outros participantes poderiam acompanhar e, eventualmente falarem.

Durante a reunião, Gisele Bahia questionou quem estaria participando e se outras pessoas poderiam se

juntar a reunião. Alcyr respondeu que o modelo da reunião incluía todos os conselheiros presentes, com microfone e câmera habilitados, e que havia também pessoas participando como audiência. Ele informou que, durante as discussões, seria possível abrir a palavra para a audiência.

Gisele, em seguida questionou se havia algum controle sobre quem estava sendo admitido. Alcyr explicou que estavam liberando a entrada de todos os que solicitavam permissão, mas que havia algumas pessoas que ainda não haviam conseguido acessar.

Alcyr também mencionou que havia 3 participantes no chat e 10 apresentadores logados. Ele informou que Darcy havia enviado uma mensagem mencionando que seu microfone estava desativado e perguntou se Darcy estava registrado como conselheiro. Após confirmar que sim, Alcyr liberou o microfone de Darcy para que ele pudesse participar.

Por fim, Alcyr destacou que a reunião estava em uma fase de discussão sobre uma pauta extraordinária, esclarecendo que não seria possível alterar a pauta, embora fosse possível escolher a ordem de discussão dos assuntos. Ele então perguntou se havia alguma proposta de alteração na pauta e convidou André a se manifestar.

André Aio expressou sua opinião sobre as pautas discutidas, afirmando que, entre as questões levantadas, a mais importante e relevante para a comunidade seria a relacionada à Vila Reencontro. Ele destacou a necessidade de discutir essa pauta, principalmente no que tange à questão da legislação envolvendo o programa. André solicitou mais clareza sobre o assunto para compreender melhor os detalhes da questão que seria abordada.

Alcyr explicou que a pauta foi solicitada pela sociedade civil e questionou se, de acordo com o padrão adotado pela coordenação, a responsabilidade pela abertura da pauta tem sido deixada para a sociedade civil. Em seguida, Alcyr cedeu a palavra a Darcy Costa.

Darcy Costa cumprimentou o comitê e Alcyr, expressando concordância com os pontos mencionados anteriormente. Ele destacou que a pauta principal a ser discutida deveria ser a questão dos dois anos da Vila Reencontro, que tem gerado grande aflição na comunidade. Darcy enfatizou que esse é um tema relevante e que precisa ser abordado com urgência.

Darcy iniciou sua fala destacando que a Vila Reencontro trouxe uma mudança significativa, especialmente no que diz respeito à questão da privacidade. Ele explicou que, por muito tempo, os serviços de acolhimento funcionaram de maneira coletiva, sem espaços privados. A Vila Reencontro, embora mantenha um modelo coletivo em alguns aspectos, oferece aos moradores certa privacidade dentro dos módulos, embora ainda seja um ambiente institucional.

Darcy ressaltou que, apesar dessas melhorias, os moradores enfrentam desafios, como conflitos internos entre as pessoas que acessam o serviço. Além disso, mencionou a preocupação com a temporalidade, já que o programa já dura dois anos, e a necessidade de garantir que essas famílias não voltem a situações de vulnerabilidade, rompendo assim o ciclo repetitivo de acolhimento. Ele enfatizou que é crucial evitar que as famílias retornem à situação inicial e que algumas estão sendo encaminhadas para o aluguel social.

Por fim, Darcy sublinhou a importância de garantir tranquilidade para as famílias que foram contempladas pela Vila Reencontro, reforçando a necessidade de uma abordagem que permita a essas famílias estabilizarem suas vidas e saírem do ciclo de vulnerabilidade.

Alcyr, em sua intervenção, buscou esclarecer um ponto específico e questionou se já existem famílias que

completaram dois anos na Vila Reencontro ou se esse fato ocorrerá ao longo deste ano. Ele solicitou essa confirmação para melhor entender a situação.

Darcy esclareceu que, neste ano, completa-se o segundo ano de permanência de várias famílias na Vila Reencontro. Ele destacou que muitas dessas famílias estão bastante preocupadas e ansiosas com a situação. Darcy explicou que essa preocupação gera um grande impacto emocional, pois as famílias precisam de diretrizes claras. Ele enfatizou que é fundamental garantir a segurança dessas famílias, sendo o principal receio delas o retorno à rua, o que representa o maior medo que enfrentam.

Abordou a questão da insegurança quanto à estabilidade das famílias que recebem assistência social, destacando que, apesar de existirem vagas fixas, o acolhimento oferecido não é definitivo. Ele ressaltou que, para atender de forma eficaz, são necessárias políticas públicas complementares, como o aluguel social, que oferece uma solução temporária.

Darcy enfatizou que, além das políticas de assistência social, a Secretaria de Habitação também precisa desenvolver programas de moradia para atender a essa população em situação de vulnerabilidade. Ele reconheceu que a assistência social, por si só, não pode garantir uma solução permanente, mas que há a necessidade de integrar as políticas de habitação e locação social, que estão previstas, para dar respostas adequadas a essa demanda.

Ele também frisou que, com a existência de uma legislação que garante essas condições, o governo tem a obrigação de cumprir com a lei e atender às necessidades dessa população. Caso o governo não consiga cumprir com essa responsabilidade, Darcy questionou a validade de uma lei que oferece tais garantias, ressaltando que, uma vez estabelecida, ela deve ser honrada para que a população receba o suporte necessário.

Alcy, após a apresentação da questão, fez um lembrete sobre os acordos estabelecidos para a reunião. Ele solicitou que as intervenções durante a discussão fossem limitadas a 3 minutos, reforçando a necessidade de todos cumprirem esse tempo para que a reunião fosse conduzida de maneira organizada. Além disso, Alcy sugeriu que fossem apresentadas propostas de atuação para o comitê. Em seguida, ele abriu as inscrições para que os participantes pudessem discutir a temática em questão, estabelecendo que a discussão continuaria até as 15h40.

Por fim, Alcy convidou André a se manifestar.

André Aio expressou concordância com as colocações feitas por Darcy Costa, afirmando que compartilha da mesma opinião. Ele sugeriu que uma medida adicional para auxiliar as famílias beneficiadas pela Vila Reencontro seria incluir a seguridade delas no POT (programa operação trabalho). André propôs que, em parceria com a Secretaria de Educação, a prefeitura pudesse destinar uma parte do valor do POT para o pagamento do imóvel, considerando que o valor pago pelo POT poderia ser utilizado para abater a parcela do imóvel, sugerindo um valor de aproximadamente R\$ 150,00 a R\$ 200,00 mensais, conforme a renda das famílias.

Ele também destacou que, com a utilização do POT, a população poderia começar a honrar seus compromissos, considerando que, apesar de não ser uma solução permanente, seria um auxílio por dois anos, o que garantiria uma segurança habitacional provisória. André ainda mencionou que, com o tempo, os beneficiados poderiam encontrar trabalho e, eventualmente, sair do programa, sendo encaminhados para uma frente de trabalho.

Ele finalizou a proposta agradecendo e deixando a sugestão para análise do conselho.

Alcy deu continuidade à reunião informando que, após a fala de Gisele, ele concederia a palavra à próxima participante da sociedade civil inscrita, que seria Rosana Damas. Ele também destacou que a inscrição de

Gisele estava confirmada para o momento seguinte.

Gisele expressou suas preocupações em relação à situação das famílias na Vila, mencionando que, embora algumas já tenham completado dois anos, outras ainda estão enfrentando dificuldades. Ela relatou que muitas famílias, especialmente aquelas sem trabalho formal, dependem exclusivamente do POT, mas que há uma pressão crescente para que elas saiam. Gisele também destacou a falta de fiscalização nos encaminhamentos e na distribuição dos móveis, afirmando que há discrepâncias entre as doações e o que foi prometido. Segundo ela, alguns equipamentos fornecidos são iguais aos das Vilas, o que levanta questões sobre a transparência e a regularidade no processo.

Ela pediu mais clareza e fiscalização, considerando que muitos beneficiários não estão recebendo o auxílio de maneira equitativa. Gisele finalizou sua fala solicitando maior transparência por parte da administração pública, especialmente em relação ao auxílio para as famílias que estão na Vila Reencontro, e ressaltou a necessidade de um controle mais rigoroso na distribuição dos recursos e equipamentos.

Alcyr agradeceu a Gisele pela contribuição e mencionou que abriria o microfone de Rosana São Bento. No entanto, Alcyr informou que Rosana havia enviado uma mensagem pedindo para chamar outra pessoa para falar. Ele então questionou se mais alguém gostaria de se manifestar antes de tentar consolidar as discussões.

Gisele expressou sua dúvida sobre o foco da pauta, questionando se a discussão estava centrada nos dois anos da Vila ou no auxílio relacionado ao Reencontro, buscando entender se os dois temas estavam sendo abordados de forma conjunta.

Alcyr comentou que, com base nas reuniões anteriores e nas falas de outros membros da sociedade civil, interpretou que a preocupação principal é sobre os dois anos das primeiras famílias que foram para a Vila Reencontro. Existe uma dúvida sobre o que acontecerá com essas famílias ao longo de 2025, e ele observou que a fala de Darcy trouxe essa impressão. Além disso, ele mencionou que a fala de Gisele e André trouxe outras questões, como a necessidade de trabalhar a renda e o emprego para promover uma saída mais qualificada da situação de rua.

Gisele expressou que dois anos é um período muito curto para pessoas em situação de rua, considerando as dificuldades que enfrentam. Ela mencionou que muitas famílias que passaram por esse período retornaram ao ciclo da rua, incluindo duas famílias que voltaram após dois anos. Gisele também destacou a falta de suporte, como a ausência de acompanhamento de assistentes sociais e psicólogos, que deveria ocorrer para ajudar essas famílias. Ela também mencionou que há uma necessidade urgente de fiscalização rigorosa nos programas de acolhimento, incluindo a Vila Reencontro, e que muitas pessoas que participaram desses programas enfrentam dificuldades como fome e falta de apoio adequado. Ela defendeu que os encaminhamentos deveriam ser mais efetivos, com um foco maior em garantir a autonomia das famílias, como ocorreu no programa de locação social do bairro do Nascimento, que deu certo ao oferecer mais autonomia para as famílias. Questionou a eficácia de programas de acolhimento onde os indivíduos são constantemente vigiados, destacando que ninguém gosta de ser monitorado o tempo todo. Ela sugeriu que, em vez de vigilância constante, seria mais eficaz oferecer programas que promovessem a autonomia e a dignidade das pessoas, como o exemplo que ela deu do programa de locação social no bairro do Nascimento, onde as famílias tiveram mais liberdade e melhores condições de reintegração. Ela enfatizou que a falta de privacidade e a fiscalização excessiva nos programas de acolhimento podem ser prejudiciais para aqueles que já enfrentam dificuldades profundas.

Alcyr pediu um momento para Gisele, sinalizando que ela teria um minuto para concluir sua fala.

Gisele relatou que a fiscalização constante não tem dado resultados positivos, e questionou a efetividade do suporte oferecido pelos profissionais de assistência social e psicólogos. Ela também mencionou que, no seu caso, não está recebendo o apoio necessário, nem ela e nem suas filhas e que, ao contrário, os assistentes sociais parecem agir contra a população, ao invés de acolher e oferecer a assistência devida. Ela

finalizou destacando a necessidade de uma fiscalização mais efetiva.

Gisele ressaltou a necessidade de maior transparência nas ações relacionadas às Vilas, especialmente em relação à fiscalização. Ela argumentou que as informações divulgadas, muitas vezes nas redes sociais, não refletem a realidade das condições nas vilas. Além disso, ela destacou que a população está clamando por ajuda, com a urgência de se ter um acompanhamento e fiscalização mais eficaz. Ela também mencionou que o auxílio financeiro está sendo mal direcionado e que deveria ser mais bem gerido para atender as necessidades reais das famílias em situação de vulnerabilidade. Mencionou que, em comparação com outros modelos de acolhimento, o custo do programa de aluguel social parece ser mais eficiente, gastando menos recursos públicos. Ela sugeriu que os investimentos sejam mais bem direcionados, destacando que o sistema de acolhimento atual não tem sido eficaz para resolver as dificuldades enfrentadas pela população em situação de rua. Também apontou que o custo de manter um acolhido dentro do sistema de assistência social, como as vilas de reencontro, está sendo muito mais alto em comparação ao custo de uma família que recebe apoio por meio de programas como o aluguel social. Ela sugeriu que seria mais eficiente e econômico investir em alternativas que ofereçam mais autonomia às famílias, como o aluguel social, em vez de continuar com modelos de acolhimento que, na opinião dela, não estão resolvendo os problemas de maneira eficaz.

Gisele enfatizou a necessidade de alternativas mais permanentes e eficazes, como a locação social, para a população em situação de rua. Ela argumentou que a solução não deveria ser apenas o acolhimento temporário, mas sim a oferta de moradia de fato, permitindo que essas pessoas tenham uma estabilidade e autonomia, sem depender exclusivamente de programas temporários que, segundo ela, não resolvem o problema a longo prazo. Ela pediu uma fiscalização mais rigorosa e mais transparência nas ações voltadas para essa população.

Alcyr mencionou que a pauta inicial da reunião estava relacionada à fixação da Vila e que havia um projeto de lei a ser discutido na Câmara Municipal. Ele também comentou que o projeto já foi votado e aprovado, embora não soubesse ao certo se o assunto já havia sido resolvido de forma definitiva. Ele sugeriu que tentaria abrir o site para mais informações sobre o tema, mas já confirmou a aprovação do projeto.

Gisele informa que se for para abrir vai demorar que quem enviou foi Alderon

Alcyr fez um resumo das discussões e indicou que a sugestão da mesa era construir uma recomendação sobre o que fazer com as famílias que completarão dois anos na Vila Reencontro. Ele mencionou as propostas de Darcy e André, destacando o princípio de não devolver as pessoas à rua em condições piores do que a Vila e a importância da inserção no mercado de trabalho e garantia de renda.

Além disso, Alcyr pediu a Gisele, que mora na Vila, para contribuir com uma proposta, dado que ela possui vivência no local e poderia ajudar o comitê a formular uma recomendação sobre as Vilas, considerando as famílias que completarão dois anos de acolhimento.

Gisele compartilhou suas preocupações sobre a situação nas Vilas e o impacto do projeto de lei 247. Ela destacou que, apesar do auxílio e de algumas famílias estarem recebendo apoio, o modelo não está funcionando como esperado, com muitas pessoas retornando à situação anterior após um ano ou mais. Ela mencionou que a ideia de oferecer moradia para a população em situação de rua não está sendo cumprida da maneira correta, já que o prefeito tem disponibilizado várias moradias, mas algumas dessas famílias ainda estão sendo excluídas. Ela também questiona a eficácia do prazo de dois anos estipulado para o auxílio, apontando que isso pode não ser suficiente para uma transição efetiva e sustentável. Além disso, Gisele ressaltou que, como moradora da Vila, ela vivência na prática as dificuldades e defendeu que é necessário haver uma avaliação mais profunda da situação, com maior transparência e ações que realmente garantam autonomia para as famílias.

Esse ponto destaca a importância de revisar o projeto e garantir que as medidas propostas atendam de fato às necessidades da população em situação de rua, oferecendo moradia e oportunidades reais de inserção

social.

Alcyr pede para que Gisele conclua sua fala

Gisele ressaltou que o modelo de dois anos, atualmente em vigor para a Vila Encontro, não tem se mostrado eficaz. Ela sugere que as famílias em situação de rua, ao completarem esse período, deveriam ser encaminhadas para moradias permanentes, em vez de serem retornadas a uma situação de vulnerabilidade. Além disso, ela defendeu a ideia de adotar a modalidade de Locação Social, citando como exemplo o projeto do bairro do Nascimento, que tem obtido resultados positivos na reintegração dessas famílias. Para ela, a continuidade e ampliação deste modelo seriam fundamentais para garantir uma solução mais duradoura e efetiva para a população em situação de rua.

Alcyr confirmou com Gisele que a recomendação poderia envolver o encaminhamento das pessoas para programas de Locação Social, como alternativa ao modelo de acolhimento atual. Ele expressou compreensão e agradeceu a contribuição dela.

Gisele expressou sua opinião sobre a situação da população em situação de rua após dois anos nas vilas. Ela afirmou que muitas pessoas, após serem contempladas com moradia, deixam de receber o auxílio aluguel e são encaminhadas para a habitação social, e essa modalidade poderia ser uma alternativa viável para outras situações, considerando que já deu certo em outros casos.

Ela também questionou a percepção de que pessoas em situação de rua não têm condições de pagar por moradia, destacando que o valor gasto em algumas vilas é superior ao de moradias de outros programas, como o do Baldi Nascimento, onde o custo para a família é significativamente menor.

Giselle criticou ainda a falta de autonomia nas vilas, comparando a situação a um regime semiaberto, onde, apesar de ser chamado de "autonomia", as condições de vida são extremamente limitadas. Ela reforçou que a realidade vivida dentro das vilas está muito distante do que deveria ser considerado um ambiente de apoio efetivo.

Alcyr solicitou que Giselle concluísse sua fala, destacando que ela já havia se pronunciado três vezes sobre o assunto. O objetivo era avançar na pauta e, em seguida, passar a palavra para Darcy.

Alcyr informou que passaria a palavra para Darcy e, em seguida, colocaria Rosana para falar após André. Ele pediu para Giselle concluir.

Darcy expressou sua apreciação pela fala de Giselle e destacou que suas colocações foram muito pertinentes, especialmente o ponto sobre a repetição das falas. Ele fez uma sugestão sobre um projeto que poderia ser útil, mencionando uma parceria com a Fiocruz e a Escola Nacional, um movimento que visa promover a troca de experiências entre profissionais e a população de rua, com o objetivo de estabelecer um diálogo e construir uma conexão.

Ele também comentou sobre a importância de uma abordagem mais humanizada e respeitosa, ressaltando a necessidade de conscientização e de manter um diálogo aberto entre as partes envolvidas. Darcy sugeriu a possibilidade de firmar uma parceria com o comitê para viabilizar essas iniciativas, caso a prefeitura autorize.

Darcy continuou sua fala abordando como a população em situação de rua gostaria de ser tratada, mencionando a importância de respeitar os nomes e termos escolhidos por eles. Ele destacou que há uma variedade de denominações dadas à população de rua, mas sugeriu que o termo "Rua" é muito apreciado por eles. Darcy também fez uma reflexão sobre os equipamentos de acolhimento, afirmando que muitos deles funcionam mais como uma triagem do que como soluções reais para os problemas enfrentados por essas pessoas.

Alcyr pede para que Darcy conclua sua fala

Darcy segue falando e faz uma reflexão sobre a realidade dos acolhidos em equipamentos de acolhimento, destacando que muitos deles não conseguem se adaptar a essas estruturas devido à falta de conforto. Ele comparou a experiência de dormir em um abrigo com a de dormir em uma "maloca" (um lugar improvisado ou mais pessoal), afirmando que, para muitas pessoas, se sentiriam mais confortáveis em sua própria moradia improvisada do que em um abrigo que não oferece as condições mínimas de bem-estar.

Darcy Costa, ao longo da conversa, apresentou uma proposta de parceria envolvendo a Fiocruz, a Secretaria de Direitos Humanos e o Comitê, com o objetivo de desenvolver um projeto voltado para a população em situação de rua. Ele sugeriu que a parceria poderia ser baseada em troca de experiências e formação, como uma maneira de melhorar a comunicação e o acolhimento. Durante o diálogo, ele também fez algumas considerações sobre os desafios de relacionamento entre os envolvidos e a necessidade de um ambiente mais receptivo e colaborativo.

Além disso, Darcy esclareceu que a proposta dele não é uma oposição à recomendação em discussão, mas uma sugestão complementar que visa buscar mais parcerias para garantir um atendimento mais eficaz à população em situação de rua. Ele enfatizou que o projeto tem um grande potencial e que o Comitê poderia usar essa parceria como um instrumento para avançar nessa área.

Alcyr pede a Darcy concluía sua fala e que a pauta fosse mantida, enquanto Darcy defendia a importância de poder concluir suas colocações sem interrupções.

Alcyr agradeceu e reconheceu a proposta, mencionando que o comitê poderia considerar a ideia de forma mais aprofundada.

André Aio apresentou uma proposta focada em uma saída qualificada para a população em situação de rua, enfatizando a importância de garantir a habitação como o primeiro passo para a reintegração social dessa população. Ele mencionou que a locação social seria uma solução mais definitiva após o período de dois anos no programa da Vila Reencontro, permitindo que os cidadãos que já estão em processo de adaptação possam ser encaminhados para moradias permanentes.

Ele sugeriu que, após o término dos dois anos, em vez de continuar com o auxílio aluguel, as pessoas seriam transferidas automaticamente para a locação social, com a certeza de um suporte contínuo. Além disso, André propôs a ideia de fortalecer o trabalho e os cursos profissionalizantes para essas pessoas, buscando possibilitar uma saída não apenas no âmbito da habitação, mas também em educação e emprego.

André também destacou a necessidade de um investimento mais robusto em locação social, mencionando que há recursos disponíveis (R\$ 52 milhões) que podem ser utilizados para essa finalidade. Ao final, ele sugeriu uma parceria com a Secretaria de Habitação para viabilizar essa transição de maneira mais eficaz. Se precisar de mais algum ponto ou mais detalhes, estou à disposição!

Alcyr passa a palavra para Rosana Damas

Rosana Damas compartilhou a experiência de ter pagado aluguel por muitos anos e propôs uma ideia de habitação com gradual transição para a casa própria, com o objetivo de fornecer uma estabilidade mais sólida para as pessoas em situação de vulnerabilidade. Ela sugeriu um modelo de prédio público onde as pessoas começariam morando sem pagar aluguel por um determinado período (exemplo, 3 ou 4 anos) e, depois, começariam a pagar um valor mais acessível até que, com o tempo, o imóvel se tornasse definitivamente dela, como uma casa própria.

Ela também destacou que, atualmente, auxílios de aluguel, como o de R\$ 1.200, são insuficientes para garantir moradia adequada a longo prazo. Muitas vezes, as pessoas acabam indo morar em áreas precárias, como favelas, o que piora ainda mais a situação delas. Ela mencionou a dificuldade de manter um trabalho para quem tem desafios adicionais, como dependência de drogas ou deficiências, e a importância de investir em capacitação e educação para ajudar essas pessoas a se tornarem produtivas e, assim, poderem pagar as próprias moradias no futuro.

O ponto central da proposta de Rosana é que o foco deveria ser em apoiar o processo de capacitação e reintegração, com moradia que se tornaria mais acessível ao longo do tempo, sem que a pessoa se sentisse excluída ou incapaz de sustentar sua própria casa.

Se quiser discutir mais algum ponto ou ter mais detalhes, posso ajudar também!

Alcyr está tentando consolidar as propostas e organizar a reunião para chegar a um ponto de votação. Ele resumiu as duas propostas que estão em pauta:

Proposta de recomendação.

Parceria com o co-laboratório e a Fiocruz.

Ele sugere que essas duas propostas podem ser tratadas de maneira paralela. Agora, ele propôs uma pergunta aos conselheiros sobre o próximo passo:

Se deve realizar uma reunião para elaborar o texto da recomendação e trazê-lo para votação.

Ou, se é melhor especificar os tópicos que devem ser incluídos na recomendação, deixando a Secretaria Executiva para redigir a minuta do texto e apresentar.

A ideia é decidir como proceder na elaboração da recomendação e, em seguida, colocá-la em votação. Se precisar de ajuda para entender os próximos passos ou quiser discutir mais a fundo, é só falar.

Darcy votou na primeira proposta

Darcy destaca a importância de saber quem são as pessoas chave dentro da Fiocruz para estabelecer uma conversa produtiva. Ele sugere que é necessário conversar com pessoas que realmente têm o poder de decisão dentro da instituição, para que o processo seja direto e eficaz, sem criar confusão.

A conversa parece estar se concentrando na construção de uma parceria sólida com a Fiocruz, buscando quem são os contatos essenciais para avançar com essa proposta.

Se precisar de mais detalhes sobre como esse tipo de contato pode ser estabelecido ou outra dúvida, fico à disposição!

Alcyr questiona aos conselheiros se seria adequado extrair os pontos da recomendação discutidos até o momento. Até o momento, os pontos consensuais incluem:

A prevenção ao retorno à situação de rua.

A prevenção ao retorno a uma situação de acolhimento menos autônoma e com menos privacidade.

A promoção do acesso a políticas de trabalho.

O trabalho para a inserção das pessoas em situação de rua no programa de locação social.

No entanto, persiste uma dúvida, pois, conforme a fala dos conselheiros André e Darcy parece haver uma sugestão favorável ao direcionamento das pessoas que saem da Vila Reencontro para o auxílio moradia.

Por outro lado, a conselheira Giselle se posicionou de forma contrária a essa abordagem. Portanto, esse ponto ainda carece de consenso.

Adicionalmente, há um consenso em relação ao trabalho pela inserção das pessoas em situação de rua nas políticas de habitação, com especial ênfase na locação social.

Darcy pede para que Alcyr seja mais claro

Alcyr esclarece que, a partir da discussão, foram identificados três pontos consensuais:

Evitar que as pessoas sejam retiradas da Vila Reencontro para situações de acolhimento mais precárias, com menos privacidade ou para a situação de rua. Este ponto, conforme exposto, foi acordado por todos os participantes, mas Alcyr se coloca à disposição para correções, caso alguém sinta que esse entendimento não representa sua posição.

Trabalhar para que as pessoas que estão na Vila Reencontro sejam inseridas em programas de trabalho e renda, com especial ênfase no programa de locação social (POTE), garantindo que tenham uma renda suficiente para sair da Vila e acessar uma habitação digna.

Inserção das pessoas que estão na Vila Reencontro em projetos habitacionais, com ênfase na locação social. Este também foi identificado como um ponto consensual entre os participantes da reunião.

Esses três pontos foram reconhecidos como consensuais no contexto da discussão.

Alcyr informa que o que não foi identificado como consenso foi a questão de inserir as pessoas da Vila no auxílio reencontro.

O conselheiro André Aio explicou que tanto a sua fala quanto as de Gisele e Darcy estão alinhadas. Ele afirmou que a proposta não se refere ao auxílio reencontro, mas sim à locação social. De acordo com o conselheiro, o auxílio reencontro, cujo valor é de 600 reais ou 1.200 reais mensais para casais, acaba direcionando as pessoas para locais inadequados, como as favelas, o que não oferece uma moradia digna. Ele argumentou que não é apropriado transferir alguém de uma Vila Reencontro para uma situação precária, como um barraco, o que ele considera indesejável e indigno. André Aio também defendeu que o foco deve ser no fortalecimento do trabalho e no acesso à educação, por meio de cursos ou faculdade, para permitir que essas pessoas sigam com suas vidas e sejam inseridas diretamente em programas de locação social. Ele concluiu que as três falas convergem para esse entendimento.

Alcyr informa que não falarão do auxílio e Darcy informa que discorda e tem uma visão diferente. Comenta que essa é uma decisão muito pessoal, pois o aluguel social é um passo importante no processo de ressocialização. Ele explica que, ao acessar o aluguel social, o indivíduo passa por uma experiência de rompimento, o que pode gerar uma dor significativa. Esse processo de transição é percebido como uma dor tanto ao sair do serviço quanto ao entrar em uma nova residência.

Darcy menciona que a residência pode ser, muitas vezes, um quarto, e que há situações em que a pessoa pode até gostar do local, mas ainda assim pode enfrentar dificuldades. Ele cita o exemplo de alguém que, sem o auxílio reencontro, conseguiu alugar um espaço, mas também enfrentou sofrimento durante o processo.

Ele observa que essa é uma decisão profundamente pessoal, e que a moradia em si traz consigo um aprendizado e uma vivência que são cada vez mais visíveis na sociedade atual. Relata o caso de um indivíduo que, anteriormente, vivia em condições precárias, como em uma maloca, e que, ao ser inserido em uma casa, não conseguiu permanecer por mais de quinze dias. Na primeira noite, ele não suportou e retornou para a rua. Mesmo assim, esse indivíduo demonstrou interesse em guardar seus pertences em segurança, embora tenha decidido, por fim, deixá-los onde estavam. Com o tempo, ele foi se adaptando ao novo ambiente e, aos poucos, retornou à residência. Hoje, ele tem o direito de decidir se quer permanecer ou não no local, e essa decisão continua a ser pessoal.

Gisele diz que relação ao que foi mencionado anteriormente, considera-se que as pessoas devem deixar a Vila. O programa "Vila Reencontro" já é uma etapa do processo, mas a situação continua sendo difícil. Muitas pessoas que participaram deste programa estão enfrentando grandes dificuldades, e a expectativa de que, após dois anos, a situação se estabilize não parece realista para muitas delas. A maior parte das pessoas envolvidas nesse processo, cerca de 99%, tem receio do que ocorrerá após o término desse período.

Observa-se que muitas dessas pessoas estão passando fome, e algumas dependem do Programa Operação Trabalho (POT) para garantir sua alimentação básica. Com a chegada das férias escolares, o problema se agrava, gerando um grande desespero, principalmente entre as famílias que não sabem como sustentar seus filhos. Para algumas pessoas, foi sugerido procurar programas como o "Bom Prato" ou demais alternativas temporárias de distribuição de alimentos, mas essa medida é vista como uma solução insustentável.

Portanto, considera-se que, ao saírem da Vila, as pessoas devem ser encaminhadas para uma locação social que proporcione dignidade. A maioria dessas pessoas tem medo do que acontecerá após o período de dois anos, pois, mesmo com o auxílio do Bolsa Família e outros programas, muitas delas não conseguem arcar com as despesas mínimas para a moradia. Nos dias de hoje, mesmo nas favelas, o custo de um imóvel, mesmo que simples, pode variar entre R\$ 50.000 e R\$ 100.000, o que torna difícil para essas pessoas adquirir um lugar para morar.

Assim, é necessário que, ao saírem da Vila, elas sejam encaminhadas para uma moradia digna, com o apoio de uma parceria eficaz com a prefeitura. A maioria das pessoas que depende do POT, e que já vive em

condições precárias há um ou dois anos precisa de um apoio contínuo. A prefeitura deveria criar uma parceria para garantir que essas pessoas tenham a oportunidade de melhorar suas condições de vida, com uma solução que envolva, necessariamente, uma locação social.

Não se trata de pegar qualquer pessoa da rua e colocá-la em uma locação social sem mais nem menos, mas de reconhecer que o "Vila Reencontro" representa uma oportunidade de mudança de patamar. Dessa forma, é importante garantir que aqueles que já passaram por um período de grande vulnerabilidade tenham a chance de reconstruir suas vidas com o apoio adequado, por meio de uma parceria direta com a prefeitura.

Alcyr pede para que Gisele conclua sua fala. E compreende que o voto de Gisele é que ela recomenda o encaminhamento para o auxílio reencontro.

A conselheira Gisele retorna a falar e diz que o auxílio é fornecido enquanto a situação não se estabiliza. A maioria das pessoas, portanto, se encontra em uma situação em que não tem o poder de escolha sobre a casa, pois a decisão não é feita por elas.

Alcyr pede para que Gisele o deixe passar a palavra e agradece e ela, pede para que respeite os três minutos de fala.

Alcyr retorna e informa que na verdade o espaço é somente mesmo para que tenha a votação de "sim" ou "não".

Roseli Kraemer comentou sobre o programa "Reencontro", afirmando que está deixando a Vila e indo para o aluguel, destacando que, pela primeira vez, conseguiu alugar a casa que desejava dentro do território que escolheu. Ela acredita que essa mudança dará certo e considera que dois anos é um tempo suficiente para realizar uma saída qualificada, pois depende de a pessoa gerar sua própria renda e gerenciar sua situação. Ela mencionou também o edital da SMADS, que não é apenas sobre fornecer auxílio às pessoas que estão recebendo acesso à moradia, mas também sobre garantir que essas pessoas tenham o que é necessário para viver de forma digna. A cesta básica, segundo ela, é um item essencial nesse processo.

Roseli ressaltou que é importante trabalhar com redução de danos, já que para algumas pessoas é impossível morar em uma casa convencional, pois não se adequam ou não conseguem se adaptar. Contudo, ela enfatizou que existe todo um processo de acompanhamento, com visitas quinzenais, realizado pela equipe técnica da Vila Reencontro junto aos outros equipamentos envolvidos no programa. Ela também mencionou que o apoio é completo, como no caso do transporte de animais, em que, caso necessário, um serviço de transporte será fornecido, como no seu caso, em que um Uber levará sua cachorrinha para sua nova moradia. Ela concluiu dizendo que é fundamental continuar com esse processo de acompanhamento e apoio, visto que a estrutura fornecida tem sido de grande importância. Destacou ainda a importância de identificar e fortalecer as necessidades individuais de cada morador para garantir o acesso adequado aos recursos disponíveis. Ela também enfatizou que a saída para uma situação mais estável é a moradia, ressaltando que o aluguel social é uma solução onde a pessoa não é proprietária, mas consegue permanecer ali até que tenha acesso à sua moradia definitiva. Segundo ela, esse é o caminho que deve ser seguido para proporcionar uma transição mais digna e segura para os moradores. Ela finalizou agradecendo.

Aqui está o texto reescrito em terceira pessoa e de maneira formal:

Paulo mencionou que, na sua visão, o período de dois anos está defasado, pois, embora algumas pessoas possam estar preparadas para essa transição dentro desse tempo, não se pode generalizar. Ele observou que, para algumas pessoas, esse período pode ser insuficiente, citando até exemplos de pessoas que permanecem na mesma situação por mais de dez anos. Para ele, dois anos já está defasado.

Ele destacou que, em alguns casos, uma pessoa pode se tornar bem-sucedida dentro de dois anos, mas

essa é uma exceção.

André sugeriu que, quando uma pessoa recebe auxílio aluguel, ela deve ser imediatamente cadastrada nos programas de moradia, para que a transição seja mais eficaz e organizada. Ele também criticou a ineficiência do sistema público, mencionando que muitas pessoas acabam esperando por muito tempo sem acesso a soluções habitacionais adequadas.

André reforçou que, caso uma pessoa tenha solicitado auxílio aluguel, ela já deveria estar cadastrada em programas de moradia, o que facilitaria o acesso a uma solução definitiva mais rapidamente. Ele finalizou mencionando que, embora muitos possam morrer antes de ver a resolução de sua situação habitacional, o problema da moradia continuará a surgir com o tempo, e será necessário encontrar soluções para todos.

Hari pede para que Alcyr repita o que havia dito, pois ela não conseguiu identificar a votação.

Alcyr retorna e contextualiza à situação, mencionando que muitas famílias nas vilas já estavam prestes a completar dois anos de permanência. Para evitar que essas famílias retornassem a situações de acolhimento precárias, a recomendação incluía o trabalho para inseri-las em políticas de geração de renda e de trabalho, como o POT, além de garantir condições materiais adequadas para uma saída qualificada. Ele também recomendou que a prefeitura buscasse inserir essas famílias em programas habitacionais, com foco especial na Locação Social. Por fim, ele fez a pergunta de "sim" ou "não", perguntando aos conselheiros se concordavam com a proposta. Alternativamente, caso achassem que mais discussões fossem necessárias, ele sugeriu marcar uma reunião, possivelmente no grupo de trabalho (GT), para discutir a recomendação de forma mais detalhada.

Darcy pede licença para que possa acrescentar algo a sua fala e que para além da locação social colocar o Minha Casa Minha Vida e que a indicação vem do prefeito e que e de suma importância que ele esteja comprometido com essa proposta.

Alcyr informa que essa é uma nova proposta que pode ser incluída, pois como ninguém havia comentado ainda não estava em votação.

Darcy informa que isso é um direito e se faz necessário que se tenha o acesso.

André Aio retomou a questão mencionada anteriormente, destacando que, em relação à proposta de não votar, a garantia da prefeitura deveria ser que a pessoa que saísse da Vila Reencontro não retornasse à assistência, ao albergue ou às ruas. Ele enfatizou a importância de fortalecer o trabalho e a geração de renda dessa pessoa durante o período em que estivesse no programa. Desde o primeiro dia de entrada na Vila Reencontro até o momento da saída, a prefeitura deveria implementar medidas para garantir que essa pessoa se envolvesse em atividades que fortalecessem sua capacidade de trabalho, incluindo, por exemplo, a oferta de cursos profissionalizantes. André Aio continuou sua fala destacando a importância da educação e da qualificação profissional, mencionando opções como faculdade, EJA (Educação de Jovens e Adultos), entre outras, como parte do processo de fortalecimento da pessoa. Ele também abordou a questão habitacional, afirmando que, independentemente de qual for o modelo habitacional (seja LCD, Minha Casa Minha Vida, Vila Encontro, Locação Social ou auxílio aluguel), o mais importante é que a política de habitação seja definitiva, digna e atenda de forma adequada à população em situação de vulnerabilidade social.

Alcyr levantou uma questão importante sobre a emenda da proposta. Ele perguntou aos participantes se desejavam que o foco fosse em programas de moradia em geral ou se queriam dar destaque específico à Locação Social. Ele ressaltou que, ao longo da discussão, a Locação Social foi mencionada diversas vezes, enquanto outros programas habitacionais foram mencionados de maneira menos frequente.

Darcy compartilhou sua perspectiva sobre a questão, destacando que o que está sendo discutido é a implementação de uma política pública já existente. Segundo ele, não é necessário criar algo, mas sim fazer com que as políticas já desenhadas funcionem de maneira eficaz. Ele também mencionou a importância de melhorar as portas de entrada para essas políticas e enfatizou a evolução que a "Vila Reencontro" traz, incluindo avanços em privacidade. Darcy ainda apontou que, para algumas pessoas, a mudança para fora da Vila pode não ser desejada. Ele listou diversas opções de políticas habitacionais, como a Vila Reencontro, auxílio reencontro, aluguel social, Minha Casa Minha Vida e o CDH (Cadastro de Demandas Habitacionais), que estão disponíveis e precisam ser mais acessíveis. Além disso, sugeriu a inclusão de uma porcentagem de vagas em empreendimentos públicos sociais para a população em situação de vulnerabilidade. A ideia principal é que essas opções já estão disponíveis, e o foco deve ser em tornar o acesso a elas mais eficiente.

Alcyr propôs inverter a ordem da discussão e perguntar se alguém se opõe à proposta de recomendação, que abrange três pontos principais: moradia, trabalho e a garantia de que as famílias não retornem à situação de rua.

André e Paulo votam a favor dos três pontos.

Alcyr explicou os três pontos principais da proposta de recomendação:

- Garantir que as pessoas não retornem a uma situação de piora, como a calçada ou acolhimento, onde elas teriam menos autonomia do que possuem atualmente.

- Trabalhar na inclusão das famílias em programas de geração de renda e de trabalho, como o POT, além de garantir as condições materiais para uma saída qualificada da rede socioassistencial.

- Inserir essas famílias em programas de moradia, com ênfase na locação social.

Darcy concorda que, ao invés de destacar apenas a locação social, a recomendação deve incluir a menção a "programas de aluguel social e moradia definitiva" de forma geral, ampliando o escopo para outras formas de moradia que possam garantir a estabilidade das famílias.

André informa que concorda com a fala de Darcy, e levanta a preocupação de que, ao destacar exclusivamente a locação social, a prefeitura pode limitar o acesso das famílias a outras formas de apoio habitacional, como o auxílio aluguel. Ele argumenta que, em alguns casos, os indivíduos em situação de rua podem preferir continuar na Vila Reencontro, ao invés de aceitar a locação social, que pode não ser adequada às suas necessidades naquele momento. Portanto, ele sugere que não se dê um destaque específico a um tipo de programa de apoio, para garantir maior flexibilidade na oferta de opções de moradia.

Alcyr retoma a fala e questiona a opinião do conselho, pergunta se os conselheiros concordam com a redação

Darcy informa que Locação Social e Minha Cada Minha Vida basta.

Alcyr busca esclarecer se todos os conselheiros estão de acordo com a proposta de retirar o destaque da locação social e simplesmente referir-se a "programas de moradia" de forma geral. Ele também pergunta se é necessário proceder com uma votação para formalizar a decisão.

André Aio enfatiza a importância de incluir aspectos relacionados à educação, como cursos

profissionalizantes e a possibilidade de acesso à educação formal, como o EJA (Educação de Jovens e Adultos), como parte do processo de geração de renda e trabalho. Ele acredita que a educação é fundamental para o fortalecimento da autonomia da população em situação de vulnerabilidade.

Alcyr informa para André que seria um quarto ponto

Em seguida Gisele, explica que não se trata de uma questão de permanecer na Vila, uma vez que o encontro não irá resolver a situação, mencionando um caso anterior em que uma pessoa, envolvida com a polícia e com filho policial, passou por uma situação semelhante. Essa pessoa retornou após um ano e está morando no local novamente.

Alcyr pede para que Gisele termine sua fala e informa que tem que voltar, pois tem mais três itens de pauta para serem discutidos.

Gisele segue dizendo da necessidade de ter parceria com a prefeitura.

Alcyr informa que se é necessário manter a linha da discussão.

Gisele fala sobre locação social e caso saia da Vila Reencontro quem quiser ir para Auxílio Reencontro que vá, mas pede para que imagine as mães que tem filhos pequenos e que não conseguem ir para o auxílio e que a maioria fala de si e que tem que ver a realidade das mães e caso elas vão para esse auxílio, elas vão voltar a ficar em situação de rua.

Darcy pergunta se está na hora da votação aprovação da recomendação e da população, também fala sobre a proposta da Fiocruz

Alcyr direcionou a reunião para o próximo item da pauta, agradecendo a lembrança feita por um dos participantes. Continuou sua intervenção, sugerindo a necessidade de formatar a proposta de maneira cuidadosa, a fim de não ultrapassar os limites da competência do comitê, enfatizando que "o comitê não pode assinar uma parceria em nome da prefeitura". Ao refletir sobre o processo, sugeriu que, para avançar, seria possível convidar a Fiocruz a apresentar o projeto ao comitê, visando uma aproximação entre a Fiocruz e as secretarias. Ele também apontou que, no final, quem teria o poder de assinar a parceria seriam os secretários ou o prefeito, e que seria necessário construir um acordo de cooperação técnica e um plano de trabalho.

Darcy Costa, por sua vez, discordou da ideia de formalizar uma parceria de imediato, mencionando que o grupo não possui o poder ou as condições para tomar tal decisão naquele momento. Ele sugeriu que, na reunião, a proposta poderia ser realizar uma reunião com a Fiocruz.

Alcyr, então, perguntou se seria melhor chamar a Fiocruz para uma reunião do comitê ou se seria mais eficaz fazer uma reunião com uma comissão do comitê antes.

Darcy Costa sugeriu que, inicialmente, o grupo formasse uma comissão para se comunicar com a Fiocruz. Ele mencionou que, após essa comunicação, seria possível avaliar se a proposta é viável e se realmente trará benefícios, especialmente no que diz respeito ao problema de convívio e adoecimento, tanto dos profissionais quanto da população em situação de rua. Caso a proposta se mostre viável, ela seria então trazida para discussão no comitê. Continuou destacando a importância de abordar a questão de convívio e adoecimento de maneira cuidadosa e estratégica, sugeriu que, caso a proposta se mostre viável após a análise pela comissão, ela poderia ser trazida para o comitê, enfatizando que o problema envolve tanto a saúde quanto a conscientização.

Ele também mencionou a importância de envolver a população em situação de rua nas decisões políticas da

cidade, reconhecendo a necessidade de integrar a cidadania dessa população de forma efetiva. Para Darcy, isso tornaria a proposta mais viável, favorecendo a inclusão e o reconhecimento das necessidades dessa parte da sociedade.

Alcyr pede para que Darcy sintetize e Darcy pede desculpas. Alcyr pergunta “Qual é sua proposta?” “Qual é a proposta para o comitê?”

Darcy Costa reiterou sua proposta de formar uma comissão para entrar em contato com a Fiocruz, especialmente com a representação da instituição em São Paulo. Ele sugeriu que, caso surjam dificuldades na comunicação com a Fiocruz, o polo pode auxiliar nesse processo. Depois de estabelecer essa aproximação e entender melhor a proposta, Darcy sugeriu que a comissão, juntamente com a Fiocruz, apresentasse a proposta no comitê, para que ela fosse discutida e eventualmente formalizada.

Alcyr pergunta se há consenso na proposta e pede somente para se manifestar caso não há consenso e não há retorno e então o próximo passo é definir a comissão.

André Aio expressou que foi sensibilizado pela fala de Gisele, destacando as dificuldades enfrentadas por mães em situação de rua. Ele fez uma pergunta para Gisele, sugerindo que, no contexto de programas de habitação, poderia ser interessante deixar à pessoa beneficiada a decisão sobre qual formato de auxílio seria mais adequado para ela no momento. Ele usou exemplos, como o caso da Roseli, que estava recebendo auxílio moradia e estava confortável com isso, enquanto Gisele acreditava que a Locação Social seria a melhor opção. André, não sendo especialista na área de questões familiares, pediu a opinião de Gisele, considerando que a escolha do beneficiado seria a abordagem mais viável.

André informa que concorda com a proposta de Darcy e a participar da Comissão e informa que indica Paulo.

Alcyr anunciou o encerramento da discussão sobre a recomendação, destacando que, como a opinião de Gisele foi vencida pelo pleno, não seria mais possível reabri-la, já que isso prejudicaria o andamento da reunião. Em seguida, Alcyr retomou a proposta de formar uma comissão, mencionando que, conforme o entendimento, não houve oposição à criação dessa comissão. Perguntou aos conselheiros se alguém gostaria de participar da comissão, deixando a oportunidade aberta para quem tivesse interesse. Sugeriu que, caso os conselheiros desejem, podem indicar pessoas de movimentos e organizações que estejam envolvidas na militância, para fazer parte da comissão. Isso daria espaço para incluir representantes de diferentes perspectivas e experiências relevantes para o tema em questão.

Hari indica a sua mãe, Roseli Kraemer

Gisele informa que se indica

Gisele sugeriu que é importante incluir a participação da população de rua, destacando que ela deve ser ouvida nesse processo. Ela reforçou que a população, nesse caso, pode e deve participar, garantindo que suas vozes sejam representadas na comissão e nas discussões relacionadas.

Alcyr questiona se pode e Darcy informa que não é possível por ser uma comissão.

Alcyr explicou que a ideia é formar um grupo menor dentro do conselho para facilitar o trabalho. Ele mencionou que, se o grupo ficar muito grande, será necessário discutir como reduzir o número de participantes. Para organizar isso, ele começou a compartilhar a tela para escrever os nomes das pessoas

que estarão envolvidas.

Alcyr estava organizando a formação da comissão e, ao adicionar um representante de Direitos Humanos, perguntou aos conselheiros se havia mais alguém para ser incluído. Ele aguardou alguns segundos para possíveis manifestações, permitindo que todos tivessem tempo para se manifestar, caso a conexão estivesse os impedindo. Quando Rosana Damas pediu para participar, ele a incluiu no chat e, por fim, perguntou se os conselheiros aprovavam a formação do grupo, buscando uma confirmação final sobre a composição da comissão.

Alcyr agradeceu a Paulo e, em seguida, retomou a pauta da reunião, mencionando diversos itens, incluindo a "Casa Franciscana", o fechamento do hospital e a metodologia da reunião plenária de fevereiro. Ele sugeriu que o grupo siga diretamente para discutir a metodologia da reunião plenária de fevereiro, destacando a urgência do assunto e a necessidade de ser tratado ainda naquele dia. Por fim, ele perguntou se havia alguma oposição a essa abordagem.

Compartilhou detalhes sobre as dificuldades enfrentadas nas últimas reuniões, em que não foi possível discutir as pautas, o que prejudicou o trabalho do comitê e impactou diretamente a sociedade civil. Ele explicou que a proposta discutida pela mesa diretora visa melhorar o formato das reuniões, estabelecendo um modelo híbrido com momentos de formação e discussão.

Ele detalhou que, nas reuniões presenciais, haverá uma sessão de formação entre 13h30 e 15h, com participação aberta à sociedade civil. Após uma pausa, a discussão da pauta começaria, mas com a diferença de que os conselheiros ficariam em uma sala separada para garantir que a audiência no auditório não inviabilizasse a reunião. Além disso, ele mencionou o uso de tecnologias para garantir a realização das reuniões, já que as últimas duas não ocorreram. E, finalizou dizendo que a proposta foi discutida tanto por representantes do governo quanto da sociedade civil.

Ao final, Alcyr propôs que as discussões dos temas ocorressem com falas de 3 minutos e que a discussão seria encerrada às 16h50, para depois retomar e votar, se possível.

Gisele expressou o desejo de voltar a discutir um ponto anterior, especificamente sobre a votação que ocorreu e a reunião que foi realizada na semana passada, perguntando se, de fato, essa reunião foi realizada, pois ela não estava certa sobre isso. Ela parece querer esclarecer ou revisar o que foi discutido nesse encontro, provavelmente em relação a uma decisão que impactou a continuidade da pauta ou o funcionamento do comitê.

Alcyr informa que não é a pauta da reunião.

Gisele trouxe uma dúvida sobre o decreto relacionado ao comitê, questionando as mudanças que ocorreram e como isso impacta as exigências para participação no comitê. Ela mencionou que, de acordo com o decreto, apenas pessoas em situação de rua ou organizações específicas (não governamentais) poderiam estar envolvidas, mas ela observou que há casos de organizações compostas por assistentes sociais e funcionários públicos participando. Gisele parecia estar buscando esclarecimentos sobre como as mudanças no decreto afetam as regras de participação, e se isso está em conformidade com o que foi estabelecido originalmente. Ela também mencionou que poderia esperar para discutir melhor, indicando uma preocupação com a oportunidade de abordar o tema naquele momento.

Alcyr interveio, dizendo que o ponto levantado por Gisele não estava relacionado à pauta da reunião em questão. Ele sugeriu que, caso Gisele quisesse, poderia trazer essa discussão para a próxima reunião.

Gisele questionou sobre a votação da bancada, mencionando que deveria ter sido avisada com antecedência, especificamente um mês antes, já que a reunião estava ocorrendo naquele momento. Ela

parece querer entender o processo de comunicação e a forma como a votação foi organizada, destacando a importância do aviso prévio. Gisele questionou quem informou por e-mail que a reunião seria uma votação, provavelmente porque ela não tinha conhecimento claro sobre isso e queria entender como a reunião foi comunicada e organizada, especialmente no que se refere à votação.

Alcyr tentou acalmar Gisele, pedindo para que ela o ouvisse, pois ele percebeu que ela estava confusa sobre a questão da bancada e a votação. Tentou esclarecer a situação e ajudar a direcionar a conversa para que ela entendesse melhor o que estava sendo discutido.

Gisele estava questionando o processo de votação, destacando que muitos conselheiros não estavam presentes, mas a votação ainda ocorreu. Ela parecia sugerir que isso dava a impressão de que a votação foi planejada sem a participação total do comitê, o que gerou desconforto ou dúvida sobre a transparência e a inclusão de todos os membros no processo decisório.

Alcyr interveio para reforçar que o que Gisele estava trazendo não fazia parte da pauta da reunião e que ela precisava respeitar o espaço e a ordem do encontro. Ele explicou que a mesa coordenadora foi votada em uma reunião plenária, indicando que o processo de votação já havia sido realizado de acordo com as regras estabelecidas. Tentou reorientar a conversa para manter o foco na pauta atual.

Alcyr perguntou a Gisele se ela foi candidata e, em seguida, fez a mesma pergunta a Darcy. Ele provavelmente queria esclarecer se Gisele e Darcy estavam envolvidos diretamente no processo de votação da mesa coordenadora ou se estavam apenas acompanhando o processo. Isso parecia ser uma forma de lembrar que o processo de eleição já havia ocorrido conforme as regras, possivelmente para colocar um ponto final na questão levantada por Gisele.

Gisele estava questionando por que ela não foi avisada quando a eleição da mesa coordenadora seria realizada, sugerindo que o processo de comunicação não foi claro ou transparente. Ela parecia estar insatisfeita com a falta de aviso prévio sobre a eleição, o que gerou confusão ou desconforto sobre como a votação foi conduzida.

Alcyr expressou que, ao insistir na questão que não estava mais em pauta, Gisele estava agindo de forma antidemocrática, interrompendo a discussão de outros assuntos em favor de um ponto que, segundo ele, já havia sido abordado. Ele reforçou que a reunião estava sendo conduzida com foco em outro tema, e que é importante respeitar a agenda para garantir uma discussão produtiva e coletiva.

Gisele expressou frustração por sentir que não estava sendo ouvida ou atendida fora das reuniões, mencionando que este era o único espaço onde ela tinha a oportunidade de se manifestar.

Alcyr ofereceu a Gisele a possibilidade de agendar uma data específica para conversarem, caso ela quisesse discutir algo fora da reunião. De forma firme, afirmou que iria desligar o microfone de Gisele para que a reunião pudesse voltar à pauta principal. Ele sugeriu que, caso ela quisesse se manifestar sobre a pauta, deveria falar dentro dos limites da agenda da reunião.

André Aio expressou uma preocupação profunda em relação ao que aconteceu no ano anterior, destacando a gravidade das situações que afetaram o funcionamento do conselho. Ele mencionou que, por seis meses, não houve progresso nos trabalhos do conselho e afirmou que atitudes antidemocráticas comprometeram a eficácia da gestão. Além disso, relatou situações extremas como ameaças e até tentativas de homicídio, implicando que essa falta de segurança e profissionalismo impactou diretamente o andamento dos trabalhos do conselho.

Gisele informa que André tem que provar as afirmações que faz, diz que o nome dele está no Ministério Público.

André informa que conselheiros o ameaçaram.

Alcyr pede uma questão de ordem e pede para respeitar a Pauta.

Alcyr propõe uma nova dinâmica, dividindo a reunião em duas partes, uma de formação para a população e outra de discussão interna entre os conselheiros. Além disso, ele está pedindo que todos se comprometam com a pauta e tenham foco para garantir que as discussões avancem de forma eficaz.

Se você tem algum ponto específico que gostaria de discutir sobre essa proposta ou a reunião, pode trazer aqui.

André expressou sua preocupação sobre o andamento do conselho, enfatizando que sua intenção é garantir que o trabalho do conselho continue e que não ocorram os mesmos problemas que aconteceram no ano anterior. Compreendeu a proposta apresentada como uma tentativa de resolver uma problemática, mas também fez um alerta sobre a necessidade de evitar a repetição de atitudes prejudiciais. André sugeriu que, caso alguém insista em causar distúrbios de forma repetitiva, medidas mais rigorosas possam ser necessárias. Ele destacou a importância de seguir práticas que promovam um ambiente produtivo e respeitoso, sugerindo também a implementação de um manual de boas práticas.

Em sua conclusão, André ressaltou que, apesar das dificuldades do ano, é fundamental continuar o trabalho do conselho, sem permitir que pessoas com intenções prejudiciais consigam sabotar suas reuniões e objetivos.

Gisele expressou seu descontentamento em relação ao comitê, criticando o processo eleitoral que considera fraudulento e que teria causado confusão e desorganização. Ela mencionou que, desde o início de sua participação, observou uma série de irregularidades e apontou que já são mais de três anos enfrentando essas dificuldades. Ela destacou que não se calará mais diante das injustiças e acusou alguns membros do comitê de utilizarem falsas alegações e manipulações para obter favores em nome da população em situação de rua. Gisele também lamentou o fato de muitos conselheiros se ausentarem quando é necessário trabalho de campo e defendeu que o trabalho verdadeiro se dá no contato direto com as pessoas em situação de rua, não apenas em discursos ou nas redes sociais.

Além disso, ela criticou o uso da vulnerabilidade das pessoas para fins pessoais, apontando que muitas vezes, aqueles que se dizem comprometidos com a causa não realizam ações concretas, ficando apenas atrás dos computadores. Gisele concluiu pedindo que todos olhassem para si mesmos e fizessem seu trabalho de forma verdadeira, sem se aproveitar do sofrimento alheio. Reforçou sua indignação sobre o que considera um processo de eleição desonesto, referindo-se à situação como uma "podridão" e um "roubo", sugerindo que houve uma tentativa de manipulá-la ou prejudicá-la. Ela também questionou por que agora, após o ocorrido, estão tentando corrigir algo que, para ela, já estava comprometido desde o início, e reafirmou que não depende do comitê para realizar seu trabalho.

Alcyr pede para Gisele concluir sua fala pois ultrapassou do limite de três minutos estabelecidos.

Gisele termina sua fala dizendo que: ela depende de si mesma e que o jeito que está indo, está dando certo e a luta dela deu certo e segue dando e que ninguém vai calá-la.

Hari Kraemer perguntou sobre a estrutura da reunião, questionando se haverá microfone disponível para discussões em outro espaço, caso algum membro da rua queira falar sobre o assunto em pauta. Ele também perguntou sobre quando a discussão sobre o assunto começará e como será organizada a participação dos envolvidos.

Alcyr informa que a parte do microfone ainda está sendo verificada.

Darcy inicia sua fala expressando sua preocupação sobre a situação dentro do comitê, destacando que quando a reunião se torna caótica e desorganizada, prejudica o andamento das discussões e afeta o trabalho em prol da população em situação de rua. Ele mencionou que, embora o comitê tenha buscado alternativas para lidar com os problemas, como a intervenção da GCM, a situação de conflito entre os membros está gerando um ambiente negativo. Darcy também comentou sobre a presença de crianças nas reuniões, destacando que isso é traumático. Ressaltou a necessidade urgente de uma política pública eficaz para a população em situação de rua, mencionando que, embora a pressa seja grande, é importante manter o controle nas discussões. Darcy fez um apelo para que as discussões fossem mais respeitadas e colaborativas, sem interesse pessoal ou egoísmo, já que o foco deveria ser o bem-estar coletivo. Ele também falou sobre a tristeza de ver pessoas da rua atacando outras da mesma situação, o que dificulta o progresso das reuniões e das políticas necessárias. Ao final, expressou sua frustração ao observar que o comitê não estava conseguindo trabalhar efetivamente devido a esses desajustes e falta de acordos entre os membros.

Roseli fala sobre sua preocupação em relação à participação contínua de ativistas nos direitos humanos dentro das reuniões do comitê. Ela questionou se seria possível continuar defendendo e lutando por políticas públicas dentro do comitê e do grupo de trabalho dos conselheiros, destacando a importância do espaço para essa atuação.

Alcyr respondeu explicando que, durante as discussões, a mesa considerou algumas metodologias, mas que, de acordo com o decreto, havia preocupações quanto à possibilidade de permitir a participação de convidados além dos institucionais. Ele ressaltou que, mesmo que fossem permitidos, os convidados não estariam na mesma sala que os conselheiros, a fim de evitar brechas que pudessem comprometer a organização e o objetivo das reuniões. Sugeriu registrar a proposta e encaminhá-la para votação em seguida.

Sheila representante do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, iniciou sua fala destacando que havia algumas dúvidas em relação à proposta apresentada. Ela questionou a obrigatoriedade da formação para os conselheiros, sugerindo que, caso não fosse obrigatória, poderia ser útil dividir as temáticas, com algumas voltadas para o interesse geral da sociedade e outras mais específicas para os conselheiros, de modo a melhorar a organização do comitê. Também mencionou que em reuniões anteriores, quando os espaços abertos começaram mais cedo, representantes do governo frequentemente não conseguiam permanecer até o final, resultando na falta de quórum para encaminhar pautas, o que afetava a continuidade do processo.

Além disso, expressou dúvidas sobre a proposta de dividir os participantes em salas separadas, sugerindo que, embora fosse uma tentativa válida, o modelo ainda gerava incertezas sobre sua eficácia, especialmente no que se refere à participação ativa nas discussões. Por fim, a representante destacou que, apesar das dificuldades em conduzir as reuniões e discutir as pautas até o fim, concordava com a necessidade de encontrar um caminho para o diálogo, conforme mencionado anteriormente por Darcy.

Rosana Damas expressou seu apoio à ideia de ter espaços separados, mas sugeriu que, caso fosse utilizado um ambiente virtual, como o atual, poderia haver um limite de tempo para cada participante, permitindo que todos tivessem a oportunidade de contribuir sem interrupções. Ela também ressaltou a importância de um diálogo respeitoso, onde as pessoas possam defender suas ideias sem agressões.

Além disso, Rosana sugeriu a necessidade de um curso de capacitação para os envolvidos, com o objetivo de ensinar sobre políticas públicas, como os recursos dos albergues são distribuídos, e como funcionam as verbas e a atuação do comitê. Ela afirmou que, ao se unir e se preparar melhor, todos poderiam trabalhar

melhor, tanto em diálogo quanto em conhecimento.

Gisele pediu a fala e questiona sobre frustração nas respostas ou devolutivas em relação às demandas que foram enviadas, especialmente no contexto de conflitos envolvendo a Vila e questões de violação de direitos. Ela menciona que está sendo afetada diretamente, tanto por questões internas quanto externas, e relaciona isso a situações de violação, como no caso do Alex e sua esposa. Gisele está questionando as autoridades sobre como as demandas estão sendo tratadas, critica a distância entre as pessoas que estão na posição de poder e quem realmente sofre as consequências dessas violações.

Ela sente que as pessoas responsáveis, como assistentes sociais e psicólogos, não estão realmente vivenciando a situação e, por isso, não entendem o sofrimento que a população está passando. A falta de ação concreta a faz questionar a seriedade com que os problemas estão sendo tratados. Informa que as reuniões e comitês acabam se tornando um espaço de discussões vazias, onde as palavras e propostas não se traduzem em ações práticas. Além disso, ela questiona a quantidade de vezes que as demandas foram levadas ao comitê, mas sem uma devolutiva real e sem que as soluções chegassem para a população. A sensação de estar sendo ignorada, apesar dos esforços e das denúncias feitas, é claramente um ponto de tensão na conversa.

Alcyr pede mais de uma vez para que Gisele conclua sua fala que excedeu os minutos concedidos, como não foi respeitado, ele suspende seu microfone.

Alcyr apresenta uma série de propostas para melhorar a dinâmica das reuniões, considerando que nenhum modelo será perfeito para todos os envolvidos. Ele sugere um espaço formativo antes das reuniões para ajudar a reduzir a carga de trabalho de conselheiros e garantir que as informações sobre denúncias e propostas sejam compartilhadas de maneira eficaz. Além disso, ele propõe alternativas, como reuniões híbridas (presenciais e virtuais) e sessões com convidados selecionados pelos conselheiros, sempre com a intenção de não excluir ninguém do processo. Uma das questões levantadas é a necessidade de otimizar os espaços de debate e garantir que as reuniões sejam produtivas para todas as partes, incluindo movimentos sociais e a sociedade civil. Ele também observa a importância de dar retorno às denúncias e construir um espaço democrático onde todos possam contribuir de maneira equitativa.

O objetivo, por fim, parece ser encontrar um modelo mais inclusivo e eficiente para as reuniões, que permita uma maior participação sem deixar ninguém de fora, ao mesmo tempo que se busque praticidade na organização.

Hari sugere testar outra configuração de microfone no auditório, para melhorar a qualidade do som, ou talvez garantir que todos consigam ouvir claramente durante a reunião. Ela também menciona a ideia de separar alguns espaços, como foi discutido na reunião anterior, possivelmente para facilitar a dinâmica e evitar problemas de comunicação. Hari destaca que nem todos têm acesso à internet, o que pode dificultar a participação de algumas pessoas no caso de reuniões online, especialmente aquelas que já enfrentam desafios em relação à acessibilidade.

Luciana de Souza Braga se apresenta destacando sua longa trajetória profissional, com mais de 20 anos de atuação na prefeitura, abrangendo diversas secretarias e equipamentos públicos, incluindo CAPS, UBS, hospitais e a Secretaria de Habitação. Atualmente, trabalha na Secretaria de Governo. Ela enfatiza a importância de compreender que, muitas vezes, parece haver uma separação entre o governo e as pessoas em situação de rua, quando, na realidade, a atuação técnica deve ser isenta de compromissos partidários e focada na escuta e na tradução das demandas da população em políticas públicas eficazes.

Luciana ressalta que, apesar das múltiplas sobreposições de desafios enfrentados pelas pessoas em situação de rua, como o sofrimento psicológico, é crucial que o espaço de diálogo seja coletivo. A sua visão defende que não há uma solução única para todos os casos, pois cada pessoa ou família tem uma história,

cultura e necessidades individuais que devem ser respeitadas. A abordagem deve ser, portanto, personalizada, levando em consideração o que funciona para cada situação específica, seja o auxílio à moradia ou a locação social, entre alternativas.

Ela enfatiza que, dentro desse espaço de discussão, o objetivo deve ser a construção de soluções coletivas e a ampliação da experiência no atendimento a toda a cidade, sem se apegar à busca de um consenso superficial ou a uma linguagem formal, mas, sim, ao compromisso de oferecer alternativas reais para a população em situação de rua.

Por fim, Luciana destaca que, embora o comitê em que participa já tenha enfrentado momentos de conflito, é essencial evitar o embate pessoal e a divisão, pois isso não contribui para a construção de uma política pública efetiva e respeitosa. O foco deve sempre ser o bem-estar e as alternativas para quem mais precisa.

Rosana Damas inicia sua fala buscando manter o tom profissional e não pessoal, destacando que recebeu uma demanda com uma devolutiva referente a relatórios falsos. Ela menciona que, embora tenha como provar a veracidade das informações, considera importante, nesse contexto, formar um ambiente de diálogo, ouvindo a população e considerando as dificuldades enfrentadas pelas pessoas, que muitas vezes não têm tempo ou condições de acessar certos serviços, como o Direitos Humanos. Ela sugere que a proposta de usar microfones e outras estratégias para separar o público e minimizar conflitos é relevante, e questiona a viabilidade de realizar reuniões de forma mais acessível, incluindo a possibilidade de participação online. Segundo Rosana, muitas pessoas têm dificuldades para comparecer aos comitês presenciais, mas ainda assim têm muito a contribuir. Ela finaliza mencionando o desejo de discutir esses pontos com mais detalhes com a pessoa responsável ao final da reunião, e agradece a oportunidade de compartilhar sua opinião.

Darcy menciona a importância da fala de Luciana, destacando a responsabilidade envolvida em tratar da questão da população em situação de rua. Ele compartilha uma perspectiva pessoal, afirmando que, embora todos que vivem nas ruas cheguem sozinhos, a única forma de superação dessa realidade é a união entre as pessoas, enfatizando a importância da solidariedade entre aqueles que enfrentam essa condição. Darcy reforça que o objetivo comum é sair dessa situação de vulnerabilidade, destacando a necessidade de apoio mútuo. Em seguida, ele levanta uma questão sobre a proposta feita por Luciana, mencionando que não se recorda de tais propostas no regimento do comitê e sugerindo que, devido ao tempo sem consultar o regimento, seria importante verificar se as sugestões apresentadas estão de acordo com as normas estabelecidas.

Alcyr retorna para Darcy e inicia sua fala esclarecendo que o regimento do comitê estabelece que as reuniões ordinárias devem ocorrer na primeira quarta-feira de cada mês e que, no início de cada reunião, há uma discussão da pauta e a leitura da ata. No entanto, ele destaca que o comitê tem a liberdade de deliberar sobre o formato das reuniões, conforme foi decidido anteriormente, e é por isso que estão discutindo o formato na reunião atual.

Alcyr explica que, sem uma decisão formal do comitê, o regimento orienta contra a recomendação da coordenação, que sugere reuniões presenciais. Ele propõe que o comitê decida como organizar suas reuniões para garantir que o ambiente seja democrático e eficiente. A sua preocupação é com o cenário onde uma reunião presencial não permita a discussão da pauta e resulte em um encontro fechado, exclusivamente para conselheiros, sem a participação da militância e da sociedade, o que ocorreu nos últimos dois meses. Ele também menciona os procedimentos disciplinares abertos em face de membros do comitê, como Gisele, Alan, Alex e Maria Edilene, para salvaguardar o espaço democrático dentro do comitê. Alcyr reforça que, conforme o regimento, o comitê tem autonomia para decidir sobre a sua organização interna, e é isso que estão fazendo ao discutir como irão se organizar nas próximas reuniões.

O comitê, por meio da mesa, fez uma proposta que está sendo discutida em plenária, e ele observa que

todos estão preocupados em garantir o bom funcionamento do espaço. Alcyr propõe que, ao final da reunião, tomem uma decisão sobre o formato da reunião de fevereiro, se será presencial, online ou seguindo a metodologia sugerida pela mesa, lembrando que há espaço para ajustes nas propostas, desde que se mantenha o foco na discussão. Ele destaca a importância de tomar uma decisão concreta, já que o tempo da reunião já foi excedido, e sublinha que a decisão final deve ser tomada pelo conselho.

Darcy retorna a falar destacando a importância da decisão a ser tomada, afirmando que o tempo da reunião pode ter sido excedido, mas o tema em discussão é de extrema relevância. Ele lembra que estão tratando de questões que envolvem diretamente o destino de alguns indivíduos, o que não se resume a um simples processo administrativo, mas envolve consequências significativas. Darcy sugere que é necessário avaliar com seriedade a gravidade da situação e que o comitê precisa se organizar de forma eficiente, para que as decisões tomadas sejam claras e estruturadas.

Ele ressalta a importância de uma ação coordenada e não desordenada, mantendo como objetivo principal a elaboração de políticas públicas voltadas à população em situação de rua. Darcy também menciona a necessidade de lidar com casos extremos que surgem dentro desse contexto, apontando que isso exige uma análise aprofundada. Para ele, o comitê, como um órgão responsável pela construção de políticas públicas e pela garantia dos direitos dessa população, deve se posicionar sobre como abordar esses casos extremos de maneira eficaz e justa.

Por fim, ele reconhece que as decisões a serem tomadas são difíceis, dada a complexidade do tema em questão.

Gisele faz uma série de declarações sobre um incidente que ocorreu durante uma reunião do comitê, onde ela foi alvo de agressões verbais e ameaças de André e Paulo Bagdá. Ela descreve o momento em que André se aproximou dela de maneira agressiva, e Paulo Bagdá também teria se envolvido na situação, o que a deixou visivelmente constrangida. Gisele ainda menciona que estava fora da reunião naquele momento, mas foi abordada de maneira hostil, com André proferindo palavras e ameaças, caluniando-a. Ela também relata que, durante a situação, Júlia tirou o microfone de sua mão, o que pode ter sido uma tentativa de interromper a discussão ou controlar a situação. Gisele se expressa indignada pelo fato de dois homens, em um contexto de reunião, terem se comportado de maneira agressiva diante de todos, enfatizando que se tratou de um comportamento inaceitável, que ocorreu em plena reunião.

Além disso, Gisele faz uma crítica ao ambiente do comitê, questionando a legitimidade da atuação do grupo, mencionando que não se pode continuar com um ambiente de agressões e desrespeito. Afirma que o comitê está perdendo o foco, e que o verdadeiro objetivo deve ser o apoio à população em situação de rua, e não a criação de um espaço desrespeitoso e hostil. Ela conclui com um pedido para que o nome "comitê" não seja mais associado a uma prática que, segundo ela, não reflete os princípios de respeito e civilidade. Gisele declara: "enquanto eu estiver lá, não vai ter Comitê (sic)".

Alcyr informa que precisa terminar de falar e explicou que, caso haja alguma violação das normas do regimento por parte de um conselheiro, existe um mecanismo formal para registrar a queixa. Isso pode ser feito por meio de uma representação escrita, que dará início a um procedimento disciplinar. O conselheiro acusado será notificado e terá a oportunidade de se defender. Além disso, será convocada uma reunião extraordinária para discutir a defesa e decidir sobre as medidas a serem tomadas, sempre em conformidade com o regimento do comitê. Essa abordagem busca garantir a transparência e a justiça no processo, mantendo a integridade das decisões e ações do comitê.

Darcy retorna e fala que esse não é o ponto, Alcyr por sua vez informa que foi o próprio Conselho que criou um manual de boas práticas.

Darcy Costa expressou que, no caso da fala de Gisele, ela não estaria fazendo uma acusação pessoal, mas

apenas expressando uma opinião ou sentimento de ordem política. Ele mencionou que, por exemplo, o ex-presidente Bolsonaro não estaria, em sua opinião, lutando contra o presidente Lula, e que, de forma semelhante, a fala de Giselle poderia ser vista como uma manifestação política, sem a intenção de ofender ou atacar diretamente alguém. Darcy também ressaltou que não é necessário chegar a um ponto de se processar mutuamente, sugerindo que o melhor seria tentar evitar essa escalada de conflitos dentro do comitê.

Alcyr destacou que, caso Gisele esteja alegando ter sido agredida por outros conselheiros, essa situação é passível de sanção de acordo com o regimento interno do comitê. Ele reforçou que, para lidar com essa questão, o procedimento correto seria seguir as regras estabelecidas, que podem envolver uma investigação ou sanções conforme o regimento.

Darcy informa que no caso de Gisele é uma mulher falando que se sentiu agredida.

Alcyr explica que, se Gisele se sentiu agredida ou acredita que outros conselheiros não cumpriram as regras do comitê, ela tem a possibilidade de seguir o procedimento disciplinar estabelecido pelo regimento. Destacou que, independentemente de outras situações difíceis que possam ter ocorrido, o processo para resolver o problema deve ser feito de forma justa e de acordo com as normas previstas.

Gisele informa que não fizeram nada quando ela foi ameaçada e agredida por outra pessoa

Alcyr retorna para Gisele e informa para que ela faça a representação que ele irá abrir o processo.

Gisele expressou sentir que a discussão está sendo levada para o lado pessoal e afirmou que tem direito de se defender. Ela também questionou a postura de quem, segundo ela, luta pelos direitos da população, mas não deveria ter assinado sua combinação ou se preocupar com questões salariais.

Alcyr informa que não estão discutindo a eleição, pois ela já foi eleita. Após avisar Gisele sobre o desligar o microfone, Alcyr prosseguiu com um resumo das propostas em discussão e seguiu com a votação. Ele apresentou três opções para a reunião:

Realizar a reunião com espaços separados.

Fazer a reunião de forma online.

Manter a reunião presencial.

Alcyr então se preparou para seguir com a votação, esperando que os participantes escolhessem entre essas alternativas.

Hari, com base na sugestão de Sheila no chat, mencionou que a votação é um passo importante, mas também propôs que, por ora, se siga com a ideia inicial de realizar a reunião com espaços separados, como foi discutido previamente. Ela também sugeriu que, ao final da reunião, poderia refletir e pensar em outras metodologias para melhorar o formato das futuras reuniões. Hari, por sua vez, pareceu concordar com essa proposta e sugeriu que novas metodologias também fossem avaliadas ao longo da reunião.

Alcyr confirmou que, ao final da reunião, a ideia seria refletir sobre outras possíveis propostas e metodologias para as próximas reuniões. A intenção parece ser garantir flexibilidade e adaptação nas metodologias, conforme as necessidades e feedbacks dos participantes.

Hari também reforçou essa ideia, mencionando que seria interessante pensar em diferentes formas de conduzir os encontros, visando sempre melhorias no processo.

Alcyr mencionou que reabrirá os microfones para que todos possam votar e espera que a votação seja mais

tranquila e ordenada, sem conflitos. Isso indica um esforço para garantir que o processo de decisão seja feito de forma calma e eficaz, com a participação de todos os envolvidos.

Gisele está expressando um descontentamento com o processo da ordinária e com a forma como as coisas estão sendo conduzidas, destacando que ela prefere se concentrar na escuta da população e se manter junto ao povo, ao invés de participar de outra forma da reunião. Ela também menciona que acredita que sua voz e voto não foram devidamente respeitados.

Alcyr informa que desligará o microfone de Gisele e compreende que ela votou pela reunião somente presencial.

Darcy Costa está ressaltando a importância de garantir a participação da população de rua, sugerindo que as reuniões podem ser feitas de maneira presencial, dependendo da viabilidade. Ela também comenta sobre a maturidade do grupo atual, destacando que as pessoas estão sendo expressivas, mas existe a necessidade de ouvir a população de rua, especialmente aqueles que ainda têm dificuldades em compreender as normas. Darcy sugere que é preciso encontrar formas de lidar com pessoas que, devido ao estresse, estão tão envolvidas em suas próprias preocupações que não conseguem ouvir os outros.

Alcyr informa então que anotou o voto de Darcy para o formato de reunião presencial.

O Centro Gaspar Garcia propôs a realização de uma avaliação após a reunião, uma vez que as pessoas estarão em espaços separados. A ideia é avaliar se essa abordagem foi eficaz ou não, considerando as experiências anteriores. A proposta é, então, experimentar essa nova configuração, sem definir uma metodologia fixa de imediato, mas com o intuito de avaliar os resultados dessa experiência.

Hari informa que vota que a reunião seja separada.

Luciana informa que acha que deve ser essa metodologia de reunião separada, e, depois avaliar. A decisão foi de realizar a reunião com o espaço separado, e ficou acordado que a convocação trará as orientações necessárias para garantir a clareza.

Alcyr deixou o espaço aberto para conversas informais caso alguém precise organizar ou entender os pontos discutidos.

Sendo o que havia para o momento, deu-se por encerrada a reunião.

#### Encaminhamentos:

N.	Descrição dos encaminhamentos	Responsável	Prazo
01	Recomendação com pontos principais: moradia, trabalho e garantia de que as famílias não retornem à situação de rua ao prazo de dois anos da Vila Reencontro.	Alcyr Barbin	Não estabelecido



**Karen Fernanda dos Santos Barbosa**

**Assessor(a) III**

Em 11/02/2025, às 16:53.

---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **119548658** e o código CRC **BFD8BBA4**.

---